

# E EU NÃO SOU UMA NOVINHA? FRONTEIRAS E CONFUSÕES DE UM CORPUS EM PESQUISA

*AND I'M NOT A YOUNG GIRL? BORDERS AND  
CONFUSION OF CORPUS IN RESEARCH*

Isabelle Caroline Damião Chagas<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

## RESUMO

Partindo de processos de medição, classificação, nomeação, falação, apalpamento e outras formas de contato com moradoras da Vila Nova, ocupação urbana da cidade de Belo Horizonte, onde cresci e desenvolvo trabalho de campo desde 2018, busco refletir sobre o que é dito sobre o meu corpo e o que isso implica sobre os demais corpos com os quais interajo, com especial interesse na emergência de três categorias nativas, estragar, acabar (com) e preservar o corpo. Inspirada pelos esforços teórico-metodológicos de pesquisadoras que inscrevem suas biografias e as complexas experiências da diferença que agenciam, dialogo com o feminismo interseccional da diferença e também com produções etnográficas brasileiras recentes, que tomam a prática e a escrita etnográfica enquanto saberes encarnados e situados. A figura da novinha é o ponto de partida para uma reflexão sobre gramáticas corporais explosivas e perturbadoras, e corpos estranhos que não passam batidos.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade; Diferença; Corpo; Etnografia.

## ABSTRACT

Starting from processes of measurement, classification, naming, speech, touching, and other forms of contact with residents of Vila Nova, an urban occupation in the city of Belo Horizonte where I have grown up and conducted fieldwork since 2018, I seek to reflect on what is said about my body and what that implies for the other bodies with which I interact, with a particular interest in the emergence of three native categories: to spoil, to end (with), and to preserve the body. Inspired by the theoretical-methodological efforts of researchers who inscribe their biographies and the complex experiences of difference they engage with, I engage in a dialogue with the intersectional feminism of difference and also with recent Brazilian ethnographic productions that take ethnographic practice and writing as embodied and situated knowledge. The figure of the novinha (young girl) serves as a starting point for a reflection on explosive and disturbing bodily grammars, and strange bodies that do not go unnoticed.

**Keywords:** Intersectionality; Difference; Body; Ethnography.



## INTRODUÇÃO

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E eu não sou uma mulher?

Sojourner Truth (1851)

Se você me confunde, então você já é parte de mim, e eu não sou nada sem você.  
Judith Butler (2019 [2004])

Largo a faxina sem terminar e vou para o café da tarde na casa de dona Ana, uma de minhas vizinhas<sup>1</sup>. Para não atrasar ainda mais, saio do jeito que estava: cabelo preso no alto da cabeça, chinelo, *short jeans* meio rasgado e blusa sem manga – coloco ao menos um sutiã, que vai com a alcinha à mostra mesmo, e uma máscara descartável que encontro pela frente. Na rua, me percebo sendo vista por homens jovens e outros nem tanto na porta de bares, barbearias, oficinas mecânicas e comércios afins onde, mesmo durante a pandemia, continuaram a se aglomerar. Os olhares causam estranhamento mútuo. “Estão me confundindo”<sup>2</sup>, penso sem elaborar muito enquanto sigo a rua e alcanço os degraus íngremes de um dos escadões que dá acesso à parte interna da Vila Nova. Tento subir o mais rápido que posso, desejando não encontrar mais ninguém. Dali, só mais uma viradinha até o meu destino, no fundo da Alameda das Flores, beco central da comunidade.

Na casa da vizinha, já estava minha mãe, que passou a tarde ajudando-a a cuidar das plantas – tratava-se, portanto, de um café especial com hora marcada, coisa rara por ali que se tornou comum a partir do meu novo *status* de visita (ao qual me deterei mais adiante). Ambas me reparam com surpresa quando chego, e a vizinha tenta descobrir o que há de tão diferente a ponto de quase não me reconhecer. Nos últimos meses, vale destacar, minha intensa circulação por ali para a realização de oficinas e reuniões com as moradoras da comunidade, entre as quais estavam incluídas essa e outras vizinhas, minha mãe e algumas parceiras externas à comunidade, deu-se quase sempre padronizada de calça comprida, blusa de manga curta ou de alcinha sem decote, tênis, mochila e/ou bolsa de linho cru com algum *slogan* de evento acadêmico, celular ou câmera na mão. E máscara, importante objeto de diferenciação local. “Tô parecendo uma novinha?”, espontaneamente ofereço como resposta à busca da vizinha enquanto adentro sua casa, e as três rimos. Sim, eu havia sido momentaneamente confundida, “eu posso ser confundida”.

A inquietação para esta escrita nasce de inúmeras cenas como a narrada, nas quais cotidianamente experiencio formas diversas de contato corporais com as moradoras da ocupação urbana Vila Nova, em Belo Horizonte, interações estas que passaram a ser investidas de novas roupagens e moralidades a partir da pandemia da Covid-19 e das suas implicações sobre os corpos, social e individualmente. Sintetizo algumas dessas relações, que vão desde a checagem de falta ou excesso de gordura e tamanho da roupa até cumprimentos e brincadeiras que envolvem apertar e roçar a pele, em processos de medição, classificação, nomeação, falação e apalpamento do corpo próprio e de umas das outras. A tal inquietação, cabe salientar, é fruto de experiências que, em relações mais de mutualidade do que de causa e efeito, resumidamente passam pela minha entrada no campo da Antropologia e a minha saída da Vila Nova durante esse período (e, por conseguinte, da casa da minha mãe), onde morei a maior parte de minha vida, primeiro para o Centro de Belo Horizonte e, posteriormente, para Campinas, onde curso o doutorado.

Desse encontro, a uma questão sobre a qual muitas/os antropólogas/os já se debruçaram, “quem sou eu em campo?”, trago reflexões acerca dos estranhamentos de tornar-me, cada vez mais, uma estrangeira de dentro (Collins, 2016), ou melhor, uma estrangeira local, no processo de fazer pesquisa, pesquisadora e interlocutoras. Cada vez mais porque, em certa medida, esse processo teve início durante o mestrado, quando, confrontada com uma ordem de despejo<sup>3</sup>, decidi voltar-me aos conflitos fundiários que atravessam as relações familiares, de amizade e parentesco dentro da minha própria casa e com minhas vizinhas e vizinhos (Chagas, 2020). Desde lá, passei a assumir e ser investida de novas posicionalidades, que confundiam a filha de fulana com a moça do Ministério Público, entre outras categorizações generificadas e racializadas.

Com a eclosão da pandemia da Covid-19 e o aprofundamento de desigualdades e precariedades já em curso na América Latina e outras regiões do Sul Global, particularmente a insegurança alimentar e nutricional, mais da metade da população brasileira passou a conviver com a falta de alimentos para refeições completas e diárias (Rede Penssan, 2022). Os dados mostram que a fome está presente em 43% das famílias com renda per capita de até ¼ do salário mínimo, e atinge mais as que têm mulheres como responsáveis (64%) e aquelas em que a pessoa de referência se denomina de cor preta ou parda (65%). Nesse cenário, junto com vizinhas/os e interlocutoras/es, passamos a realizar campanhas de arrecadação de alimentos, produtos de higiene e dinheiro para a comunidade. A partir dos meus vínculos com o terceiro setor, fomos inseridas em redes de doações fixas de cestas básicas, o que nos exigiu um nível mínimo de organização do grupo que então se formava, com nome, endereço e lideranças. Assim, surgiu o Coletivo Mulheres da Vila Nova, em 2020.

No ano seguinte, o projeto Ora-pro-nóbis: cultivando alimentação saudável na periferia foi aprovado em um edital internacional, a partir do qual promovemos ações educativas sobre alimentação saudável e cuidados com a saúde dentro da comunidade<sup>4</sup>. Essas experiências me permitiram tanto aprofundar relações que já faziam parte do meu círculo como vizinha, amiga, filha e pesquisadora quanto ampliar essa rede. Mais algumas posicionalidades emergiram, como a menina dos projetos, a menina das cestas, coordenadora (do coletivo), professora, filha, neta, entre outras.

É dessa dobra de experiências particulares, marcadas pela pandemia da Covid-19, mas que extrapolam esse contexto, que emergem as cenas e reflexões iniciais aqui apresentadas. Elas são parte da minha pesquisa de doutorado em curso sobre a circulação de comida em redes de ajuda na ocupação urbana Vila Nova, que envolvem não apenas moradoras/es, mas também agentes públicos, movimentos sociais, políticos e religiosos. Particularmente, interessam-me as dimensões de reciprocidades, conflitos, hierarquias e desigualdades, a partir de um viés interseccional e pós-colonial.

Neste texto, busco refletir sobre o que é constantemente dito sobre o meu corpo e o que isso implica sobre os demais corpos, com especial interesse na circulação de três categorias nativas, estragar, acabar (com) e preservar o corpo. A novinha, como uma figura da causação (Fernandes, 2021), que, em contextos periféricos, articula categorias de gênero, sexualidade, raça, classe e territorialidade, é o ponto de partida para compreender complexas relações de produção de diferença (Brah, 2006) intraclasse, que resultam em níveis diferenciados de confusão e perturbação no território. Além da sexualidade tida como desenfreada de adolescentes e mulheres jovens, que produz filhas/os demais e/ou na hora errada (Fernandes, 2021), outros marcadores são constantemente tomados como potenciais de causar modificações temporárias ou permanentes nos corpos femininos/feminizados, como a maternidade, o cuidado, os trabalhos braçais exercidos exaustivamente dentro e fora de casa (remunerados ou não). Resumidamente, relações que articulam as categorias gênero, geração, sexualidade e trabalho. É no confronto com o meu corpo lido como magrinho e delicado, ainda que saiba ser forte e trabalhador por tudo o que já viveu, ora claro demais para ser negro, ora inegavelmente negro para ser branco, cisgênero e não heterossexual, que nunca gerou ou maternou, que muitas dessas questões são narradas.

Inspiro-me nos esforços teórico-metodológicos de pesquisadoras feministas e pós-coloniais que inscrevem suas biografias para tentar compreender as complexas experiências da diferença que agenciam na vida coletiva, como Gloria Anzaldúa (2021) e sua condição de chicana, filha de migrantes mexicanos nos Estados Unidos; Avtar Brah (2006) e Sara Ahmed (2022), com as suas circulações transnacionais entre Ásia, África e Oriente Médio para os países ocidentais; e as brasileiras Adriely

Clarindo (2020), pesquisadora que se autodenomina puta-feminista e cujas pesquisas se debruçam sobre o trabalho sexual, e Ana Clara Damásio (2021), em trabalhos etnográficos com o que nomeia como suas interlocutoras-parentes.

Em seu texto sobre o uso de práticas biográficas como estratégias de produção de conhecimento no campo da Antropologia, Leandro Oliveira (2022) faz um apanhado de como tais práticas foram sendo incorporadas à disciplina nos últimos 50 anos, de modo a modificar, profundamente, a relação entre o trabalho de campo e a experiência afetiva da pesquisadora. As emoções, assim, deixaram de ser “uma interferência (inevitável, porém indesejável) na condução da pesquisa, e sim como um meio para a compreensão do outro (passível de reflexão por parte do pesquisador e incorporação à apresentação de resultados)” (Oliveira, 2022, p. 19). Em diálogo com Okely (1992), o autor observa certa tendência, nas pesquisas antropológicas mais recentes, de compreensão de que a escrita das vidas de outrem também requer a escrita sobre si.

Ao pensar sobre os sentidos e os efeitos da corporeidade para o fazer etnográfico, Silvana de Souza Nascimento (2019) localiza tal tendência na produção brasileira dos últimos anos a partir do número cada vez mais crescente de antropólogas/os negras/os, indígenas e faveladas/os ingressando nas universidades, que produzem conhecimento sobre aspectos que envolvem seus lugares de origem. A autora produz um mapa diversificado e localizado dessas produções, cujas autorias, ao terem seus corpos marcados – e “classificados, desejados, refutados e postos em dúvida” (Nascimento, 2019, p. 460) – tornam-se material e simbolicamente visíveis. Na esteira dos saberes corporificados, de Donna Haraway (2000), e em diálogo com a fronteira enquanto lugar criativo e condição intelectual, no feminismo chicano de Gloria Anzaldúa (2012), ela propõe uma etnografia encarnadas e situada, que possibilite

[...] um certo estado de corpo etnográfico, no substantivo feminino, que se materializa em diferentes formas de escrita encarnadas. Um estado de corpo fronteiroço, híbrido e não homogêneo, que se deixa marcar pela sua biografia, pelas suas escolhas teóricas, pelos contextos socioculturais, políticos e históricos e pelas suas experiências de campo (Nascimento, 2019, p. 461-2).

Para tanto, dialogo com o feminismo interseccional da diferença de Avtar Brah (2006), a partir do qual a diferença é compreendida como categoria analítica, e com a noção de vulnerabilidade em Butler (2019 [2004]; 2022 [2004]), que permite pensar sobre a materialidade de corpos cuja existência se faz e desfaz na relação com o Outro. Interessa-me, particularmente, pensar nos agenciamentos e nas práticas de atribuição de sentido envolvidas nesses processos, em que o meu corpo é investido de uma série de categorizações móveis e circunstanciais. Ao interrogá-lo, apalpá-lo e nomeá-lo, as pessoas dizem umas sobre as outras e, sobretudo,

sobre si mesmas, produzindo uma gramática corporal local que não abre mão de níveis de perturbação e confusão próprias ao território do qual emerge.

## FORMAS DE ESTRAGAR, ACABAR (COM) E PRESERVAR O CORPO

Já era noite quando algumas vizinhas, arrastando filhas/os suas/eus e de outras, passaram lá em casa (quando a casa da minha mãe ainda era minha) para buscar as cestas básicas que haviam sido entregues pela ação Comunidade Viva Sem Fome (CVSF), da qual passamos a fazer parte de forma fixa, enquanto Coletivo Mulheres da Vila Nova, em 2021<sup>5</sup>. Como essa casa se localiza na avenida, como, muitas vezes, é chamada uma das ruas principais do bairro que circunda parte da Vila Nova e faz divisa com um importante centro comercial na Região Metropolitana, portanto facilmente encontrada no GPS, optamos, inicialmente, por utilizá-la como endereço das entregas.

A Vila Nova se formou enquanto ocupação urbana há 30 anos, possui cerca de 900 moradoras/es e 300 famílias, dentre as quais 41% são caracterizadas como monoparentais – sendo as mulheres mães, avós e tias as principais responsáveis –, seguidas de unidades nucleares, unipessoais e extensas, com 33%, 11% e 7% respectivamente (Cáritas, 2018). Faz divisa com dois condomínios de prédios, que, juntos, ocupam um quarteirão. Além das casas que dão diretamente para as ruas do bairro, como a de minha mãe, possui uma parte interna, que pode ser acessada pela Alameda das Flores, beco principal por onde trafegam veículos e são realizados os eventos na comunidade, ou por dois escadões íngremes. As casas são de alvenaria, quase todas com dois ou mais andares, possuem fornecimento de energia elétrica, internet, água e esgoto tratados, ainda que esses serviços sejam oferecidos de forma precária, ou apenas parcialmente<sup>6</sup>.

Voltando à cena, uma fila de cerca de sete mulheres se formou no portão lá de casa, umas acomodavam a cesta na cabeça, outras, nos ombros e braços. A grande maioria dessas mulheres são mães e avós, na faixa etária dos 30 a 60 anos; são elas, também, as principais mantenedoras e cuidadoras dos lares e da comunidade. Os meninos e rapazes, em menor número, insistiam em levar duas cestas ao mesmo tempo, em jogos de competição e exibição uns com os outros e com as/os observadoras/es nas portas das casas e dos comércios. O burburinho misturava risadas e a insistente pergunta de quem ajudava e também daquelas/es que assistiam, “cadê os homens?”. Algumas diziam que não se podia contar com eles, e também “não fazem falta”. Eram cerca de 40 cestas, cada uma daquelas pessoas precisaria fazer mais de uma viagem, que incluía subir e descer um dos escadões, íngremes e pouco iluminados. Decido ir junto.

Já acomodando uma cesta meio sem jeito nos braços, escuto um grito: “Não vai carregar esse peso”, minha mãe tentava me dissuadir;

sem sucesso, se direcionou às outras, “não deixem ela carregar esse peso”. Dou de ombros e sigo, ela não participa. Mais rápido do que poderia imaginar, as cestas chegam ao seu destino, com a ajuda de alguns rapazes que observavam no entorno e foram constrangidos pelo único homem adulto, filho de uma dessas mulheres, que chegou para apoiar. “Você pode ajudar, mas carregar esse peso todo, não. Você vai estragar seu corpo. Eu não vou deixar que façam isso com você”, recebo o conselho em tom de ameaça quando retorno para casa. Não era a primeira vez, tampouco seria a última.

O limite da ajuda evocado traz algumas questões de fundo, a saber: 1) na minha casa, nós éramos as únicas mais diretamente envolvidas no Coletivo a não receber cesta básica, sendo assim, havia uma ideia de que o peso deveria ser carregado por quem precisava, literal e simbolicamente; e 2) minha mãe sempre nutriu o desejo de que eu pudesse ter uma vida e um corpo diferentes dos dela, que trabalhou a vida inteira como sacoleira, vendendo roupas de porta em porta em casas e comércios, que lhe renderam braços visivelmente fortes demais em relação ao corpo magro e problemas de saúde decorrentes da exaustão e falta de alimentação adequada durante o trabalho (como anemia, desmaios e infecção nos rins). Também tentava chamar a atenção para o meu corpo magrinho, que, apesar de não ser incapaz, parecia inadequado diante do fardo pesado, em todos os sentidos da expressão. Ainda que outros corpos igualmente miudinhos não fossem poupados, como os de meninos ainda crianças e os de adolescentes e jovens mulheres mães; além de grávidas, puérperas, idosas, obesas, quantas outras não me surpreenderam por também não terem suas condições físicas consideradas.

Quem, por algum motivo, não conseguia mesmo carregar a sua própria cesta na distribuição mensal realizada pelo Coletivo, contava com a ajuda das/os outras/os. Das mulheres envolvidas na organização, Kátia é a que mais cumpria esse papel. Ela se vangloriava ao levar as cestas nos ombros, uma de cada lado. O risco vinha em forma de conselho, mas não adianta. Costas largas e a facilidade para equilibrar os pesos denotam experiência de outros tempos, enquanto joelhos e tornozelos constantemente doloridos armazenam as marcas dos excessos. Na falta de um homem em casa, como faz questão de reafirmar com frequência, mulheres como ela precisam aprender a transitar por papéis e funções tidos como masculinos.

Durante as oficinas de plantio e pequenos reparos domésticos que foram realizadas no âmbito do projeto Ora-pro-nóbis, sua habilidade para transportar peso, manejar e usar ferramentas, além de conhecimentos práticos sobre eletricidade e construção, apesar de serem compartilhados com algumas outras, de longe, se destacavam. É uma entre as que fazem questão de levantar meus pés do chão quando nos abraçamos, reafirmando a sua força em comparação à minha leveza. Tapas na bunda, brincadeiras com objetos em formato fálico, tudo se torna motivo para uma complexa



gramática corporal nessa rede que envolve tocar, apalpar, medir, classificar e falar sobre.

Exibição de força, disposição para o trabalho, ludicidade e sexualidade a diferenciam da maioria das mulheres que também são mães, avós e exercem o trabalho de cuidado. Muitas destas, ao contrário, são mais jovens do que aparentam, em processos de acabamento e adoecimento lento decorrentes do excesso de peso, de trabalho e de cansaço, da falta de cuidados médicos e de alimentação adequada. Sem dúvida, também acometem Kátia, mas sua performance pública privilegia o prazer em ser útil e em se mostrar capaz, ao mesmo tempo em que se diferencia das outras mulheres, o que me faz lembrar Hannah Cullwick, uma mulher da classe trabalhadora britânica do século XIX, cujos diários, assim como de seu companheiro, Arthur Munby, foram analisados ostensivamente por Anne McClintock (2010).

O corpo rústico que destoava do das mulheres de classe média para quem trabalhava, como as mãos grandes e calejadas, que a aproximavam do que era tido como masculino e viril, eram objeto de curiosidade, repulsa e fetiche entre suas patroas. Apesar do fardo pesado, constantemente relatava o prazer em ser paga por aquilo que a maioria das mulheres donas de casa oferecia gratuitamente, e sentia-se livre em meio às ruas, condições que a fizeram, por muito tempo, negar-se a casar com Munby, um homem de classe alta. Mesmo mais tarde cedendo às pressões deste, decide abandonar o âmbito doméstico, vivendo em casas separadas e insistindo em ser paga pelo serviço como criada. Interessante perceber como esse jogo de fronteiras, que envolve circular entre espaços domésticos e públicos, ocupando papéis generificados de forma cambiante, e o consciente prazer das fissuras que causa, pode ser percebido nas trajetórias tanto de Hannah quanto de Kátia.

Tais processos convocam a uma articulação das diferenças enquanto uma verdadeira prática, que se produz de forma relacional (Laclau; Mouffe, 1985 *apud* Brah, 2006) e contextual, e não pela simples junção ou sobreposição de elementos. Quer dizer que, ao invés de descrever identidade e experiência como aspectos dados e imutáveis de um sujeito ou grupo de forma essencialista, requer perceber os processos pelos quais subjetividades e identidades continuamente se fazem e refazem. A partir do debate na Grã-Bretanha em torno do negro enquanto cor política e dos movimentos feministas, Avtar Brah (2006) busca compreender diferentes processos de racialização do gênero em contextos pós-coloniais e nos oferece uma interessante abordagem da diferença como categoria analítica.

Como a diferença designa o 'outro'? Quem define a diferença? Quais são as normas presumidas a partir das quais um grupo é marcado como diferente? Qual é a natureza das atribuições que são levadas em conta para caracterizar um grupo como diferente? Como as fronteiras da diferença são constituídas, mantidas ou dissipadas? Como a diferença é interiorizada nas paisagens da psique?



Como são os vários grupos representados em diferentes discursos da diferença? A diferença diferencia lateral ou hierarquicamente? (Brah, 2006, p. 359)

A partir de tais questões, a autora propõe quatro maneiras de conceituá-la: diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade, dentre as quais recorrerei à primeira como chave de leitura. Termo central dos movimentos feministas nas últimas décadas do século XX, a experiência permitiu estabelecer relações entre subjetividade e coletividade, como expressa o famoso *slogan* “o pessoal é político”. No entanto, “não reflete de maneira transparente uma realidade pré-determinada, mas é uma construção cultural” (Brah, 2006, p. 360), condição mesma para a constituição da realidade. Assim como postulou Joan Scott (2017) e diversas outras autoras, a experiência é uma prática de atribuir sentido e inscrever o vivido, permeado por disputas e relações de poder; é assim que o indivíduo se torna sujeito.

As formas diferenciadas pelas quais os corpos de Kátia e o meu interagem com pessoas e objetos, agenciando moralidades, afetos e conflitos, não se resumem a dois lados opostos. Ao ser uma estrangeira local, compartilho com ela e outras mulheres saberes e experiências que modulam nossas carnes, ainda que com intensidades e durações desiguais. Para além das diferenças intraclasse, de acesso a capital cultural e escolaridade, geração parece ser uma categoria importante para entender os marcadores juvenis que ora me são atribuídos, ora negados, e que perpassam não só idade, mas também parentesco, relações afetivo-sexuais e trabalho. Para além dos âmbitos da experiência, identidade e subjetividade, tais diferenças também são produzidas e geradoras de relações sociais que perpassam as macroestruturas de poder, que, neste caso, envolvem (principalmente, mas não apenas) o acesso a políticas públicas formuladas em décadas recentes, que facilitaram o ingresso de minorias sociais (pessoas pobres, negras, indígenas, com deficiência, LGBTQIAPN+) no ensino superior.

Por outro lado, tais diferenças apresentam desafios a uma expectativa social em torno da circularidade do cuidado generificada entre gerações e vizinhança, que se reflete na relação com minha mãe, Kátia e outras moradoras da Vila Nova. Para estudar e ingressar no mercado de trabalho formal, fui paulatinamente podendo deixar de participar ativamente das ditas demandas domésticas e familiares não apenas em minha própria casa, mas também com as vizinhas, de forma bastante desigual em relação a outras jovens da minha idade que não tiveram as mesmas oportunidades. A possibilidade de cuidar cada vez menos, ou de forma bastante diversa que essas mulheres, muitas vezes geram conflitos e perturbações cuja equação não é simples, considerando que o cuidado, entre nós, é compreendido em uma chave profundamente familista, generificada e racializada, em que cabem às mulheres, principalmente

as negras e as mais pobres, exercer essa função – e cujas implicações são cotidianamente inscritas em seus corpos.

## **PROCESSOS DE MEDIR, APALPAR, CLASSIFICAR, NOMEAR E FALAR SOBRE O CORPO (PRÓPRIO E ALHEIO)**

“Olha o pezinho dela”, Meiri chama a atenção para as minhas pernas cruzadas, sentada na cadeira da cozinha de dona Célia, enquanto tomo café e como um prato típico da anfitriã feita especialmente para mim, como ela insiste em dizer. Tiro os sapatos ao entrar na casa, como de costume desde o início da pandemia, por isso estava só de meia. “Toda delicadinha”, ela completa, em tom de zombaria, fazendo um contraste entre minha pose e a sua, de pernas abertas e com os pés descalços. As duas passam a tarde revelando-me intimidades uma da outra, como em uma típica comédia pastelão, que envolve imitações, risadas e avisos do que não poderia ser contado para ninguém. Elas, que estão quase sempre juntas, também fazem questão de me levantar do chão quando nos abraçamos, não deixam de observar como estou magrinha, medem minha cintura e prometem que vão me fazer engordar. O inverso também acontece, entro no jogo e brinco com o fato de que Meiri, sempre de shortinho jeans bem colado na pele e blusa sem manga de decote profundo, parece não sentir frio, em contraste com as camadas de roupas que dona Célia e eu usamos.

Entre uma alegria tímida e resignação, Meiri me conta, em outra ocasião, da chegada de mais um neto de uma de suas filhas. “Ela já me passou”, comenta em tom preocupado, “mas agora vai ligar”<sup>7</sup>. Sempre falante, não rende quando constata que a sua menina e eu temos quase a mesma idade. Se o meu corpo magrinho e delicadinho é objeto constante de curiosidade, observação e questionamento por parte dela, que não deixa de reparar mudanças mínimas, certo escrutínio público e generalizado acompanha a circulação do seu. Coxas grossas, bunda e peitos grandes são olhados, medidos, falados, chegando, muitas vezes, a serem tocados e apertados. Não foram poucas as vezes em que presenciei dona Célia e outras mulheres puxando suas roupas para tentar cobrir pedaços de pele que consideraram excessivamente à mostra, principalmente daqueles ligados a marcadores de feminilidade cisheteronormativa, como bunda, peitos, barriga e pernas. “É o fogo que ela tem”, costumam dizer.

Há uma flagrante preocupação com as roupas utilizadas por mulheres populares. Esta preocupação remete, por um lado, à ideia de um corpo lascivo e provocativo e, por outro lado, a uma suposta capacidade para a reprodução sexual/social desenfreada e irracional (Fernandes, 2021, p. 153).

Fernandes (2021), em seu estudo sobre o que nomeia como figuras da causação, mulheres cujos comportamentos considerados errados destoam

de aspectos normativos do feminino, como cuidado, devoção, afeto e amor. A novinha é uma delas, e pode ser compreendida como uma categoria relacional, cujos processos classificatórios elásticos perpassam não só idade, mas também estilização do corpo, exibição de uma sexualidade tida como desenfreada e perigosa. Com seus quase 50 anos, Meiri ainda parece transitar como uma figura da causação, continuamente negociando sua estilização corporal (Butler, 2003) com seus afetos e o lugar de mãe.

O estranhamento que sinto na pele ao caminhar pela Vila com uma estilização corporal que destoa da moça bem comportada naquele território, narrada no início deste texto, certamente envolve medo e prazer, aversão e desejo. Em uma gramática tida como explosiva<sup>8</sup>, Meiri é uma das que materializa os sentidos da vigilância moral protagonizado por mães e familiares de meninas e mulheres jovens, experienciado em boa parte de minha vida e que retorna, agora mais do que nunca, como (re)elaboração do vivido e das práticas de atribuição de sentido (Brah, 2006). Estragar o corpo era um risco que todas nós corríamos coletivamente, num efeito dominó que, por proximidade, uma levava a outra – se uma menina era falada, ou seja, que a ela se atribuía toda uma sorte de comportamentos sociais e sexuais tidos como promíscuos, provavelmente suas amigas também o eram ou seriam. Para além da modificação corporal decorrente de uma gestação, a alteração rechaçada parece ser, em grande medida, moral: como uma mulher que tanto fissa quanto reforça aspectos normativos do feminino (Fernandes, 2021) é vista e falada, quais afetos lhe são possíveis e os que lhe passam a ser negados, em relações que, sistematicamente, geram desgastes físicos e simbólicos.

O fogo que constantemente aludem ao corpo de Meiri remete ao imaginário racial e colonizado em torno das mulheres negras, cuja força, além da suposta lascívia provocativa, também o faria passível de castigo e escravização (Fernandes, 2021), de formas literais e simbólicas. Para dar conta de um cotidiano altamente violento desde a infância, a mulher forte, mais do que uma identidade, emerge em seu relato como parte de um processo contínuo de subjetivação e corporificação (Butler, 2003; 2022 [2004]). A fragilidade e delicadeza que alude ao meu corpo parece não ter vez em sua gramática e na de outras mulheres por ali, pelo menos não publicamente. É justamente em nossas conversas mais íntimas, longe dos olhos que medem, apalpam, falam e escrutinam, ainda que não deixemos totalmente de fazê-lo também, que a figura da causação momentaneamente se desfaz, dando lugar à possibilidade do choro, da tristeza, do pedido de ajuda, enfim, da vulnerabilidade própria ao encontro com o Outro, da qual fala Judith Butler (2019 [2004]).

A partir da experiência do luto, principalmente da sua distribuição geopolítica altamente desigual, Butler (2019, 2022) questiona quais vidas são enlutáveis, portanto, quais um dia contaram ou contarão como vidas. Na contramão do individualismo e da autonomia neoliberal, a vulnerabilidade tal qual proposta por Butler nos coloca diante da impossibilidade de viver

sem o outro, da dependência e do apego em relação a ele, o que significa sempre um risco: de perdê-lo, mas também de sermos por ele expostos à violência. O que a autora questiona é a própria ontologia desse eu autônomo, pré-determinado e independente; se somos feitos nos laços, “podemos até querer, ou mesmo conseguir por um tempo, mas apesar de nossos melhores esforços, nos desfazemos, na face do outro, pelo toque, pelo cheiro, pelo tato, pela perspectiva do toque, pela memória do tato” (Butler, 2019 [2004], p. 29). Assim sendo,

Embora lutemos por direitos sobre nossos **próprios** corpos, os **próprios** corpos pelos quais lutamos não são apenas nossos. O corpo tem sua dimensão invariavelmente pública. Constituído como um fenômeno social na esfera pública, meu corpo é e não é meu. Entregue desde o início ao mundo dos outros, ele carrega essa marca, a vida social é crucial na sua formação; só mais tarde, e com alguma incerteza, reivindico meu corpo como meu, se é que o faço (Butler, 2019 [2004], p. 31, grifo meu).

Essa vulnerabilidade radical se materializou profundamente no contexto da pandemia da Covid-19, quando sobre o corpo não apenas em sua dimensão individual, mas, sobretudo social, foram atribuídas uma série de novas formas de regulação e controle. O fazer corpo por meio da proximidade, do toque e do compartilhamento entre pessoas, objetos e substâncias passou a ser investido de práticas e discursos de cuidado e (des)proteção orientadas por desigualdades de raça, classe, gênero, territorialidade, escolaridade, empregabilidade, dentre muitas outras. A vulnerabilidade, portanto, ainda que ontologicamente inerente ao nosso entendimento enquanto pessoas humanas, foi e é distribuída de modo hierárquico e, por vezes, opressivo. No entanto, se é na relação que nos tornamos vulneráveis, é a partir dela que também encontramos alternativas de vida.

As condições de reivindicação de nossos próprios corpos, sem dúvida, são muito diversas para mim e para Meiri, ainda mais se tomarmos este exercício de escrita enquanto uma forma de possessão, mesmo que limitada e arriscada. Vidas como a dela e dos seus filhos, parentes, amigos e ex-companheiros são constantemente e mais uma vez despossuídas, posto que da perspectiva da violência, não há violação daquelas que já foram negadas. Diante da inesgotabilidade de seu objeto (Butler, 2019 [2004]), a violência renova-se em processos de esgotamento das peles, das carnes e dos intelectos. A partir da dimensão do luto, Butler então questiona as condições diferenciadas de estabelecimento e manutenção das vidas. Mas esses corpos e essas vidas, estragados e acabados, ainda assim, persistem. E é justamente na confusão, e não na coesão, como sugere Butler, que pode residir a possibilidade de um novo agir ético e de uma nova ontologia.

## SOBRE CORPOS ESTRANHOS QUE NÃO PASSAM BATIDOS

Meu corpo não é o único a gerar estranhamento entre essa rede de mulheres da Vila Nova. Ao longo das ações que realizamos pelo Coletivo, amigas e conhecidas que transitaram pelo território promovendo e auxiliando em atividades também tiveram sua dose de medição, falação e, dependendo da proximidade que conquistaram, toque e apalpamento. Minha companheira, uma mulher branca e de identidade masculinizada, quase sempre com roupas largas que não marcam as curvas do corpo, desperta em algumas delas constante curiosidade. “Por que você não usa uns shortinhos nesse calor?”, provoca Meiri, enquanto outras acionam figuras de comparação, como a cantora Maria Gadú, em tentativas de apreender e tornar inteligível, em seus termos, essa forma estranha de ser mulher.

Nesse roçar de corpos que se dá tanto pelo toque físico quanto o olhar e o falar sobre, circularam possibilidades de contágio não só pelo vírus, mas também de afeto, amizade, companheirismo, cuidado, (auto)conhecimento e, porque não, uma boa dose de erotismo. Somos, assim, feitas e desfeitas umas pelas outras (Butler, 2019 [2004]), e nossas diferenças puderam e podem ser estrategicamente aproximadas enquanto alianças, como uma política de solidariedade (Brah, 2006) nesse estar junto cotidiano, ainda que não ilesa de disputas e conflitos.

Em um dos meus muitos retornos para a Vila, já durante o doutorado, uma nova localização parece ter sido inaugurada. Às constantes provocações de que agora estou metida porque fui pra São Paulo e que as abandonei, Meiri explica para as outras, com convicção, que ela está lá pra ajudar a gente. Pela primeira vez, sou chamada de nossa menina, classificação que se espria até chegar em minha própria mãe, que a ela recorre em nossas conversas cotidianas. Duas dimensões, pelo menos, chamam a atenção. A primeira é o jeito afetuoso de reafirmar meu lugar de dentro estando cada vez mais fora, ao mesmo tempo em que reconhecem e nutrem expectativas em torno do que faço, tentando tornarem-se parte disso. Para além dessa dimensão política do fazer e estar junto que eu, particularmente, gosto de acreditar, não posso deixar de questionar como, ainda assim, meu corpo segue sendo um pouco desse estrangeiro de dentro (Collins, 2016), que sai e incorpora as marcas dos outros lugares por onde passou – a universidade, o trabalho intelectual, as viagens, os espaços de lazer e cultura da cidade.

A magreza e outras estilizações corporais que não se encaixam em formas de feminilidade e sexualidade convencionais por ali, ainda que não deixe de se anunciar e ser reconhecida como mulher; a não maternidade e, em decorrência, tempo e energia para me cuidar; a ausência de marcas de trabalhos braçais que, com o tempo, estragam e acabam com o corpo; e a fronteira cambiante da não heterossexualidade, que faz com que

algumas das classificações anteriores pareçam não caber nem como projeto de futuro, enfim, são alguns dos marcadores que, talvez, dificultem as formas de inteligibilidade convencionais a que elas recorrem e que, por isso, causem certas perturbações em seus sistemas classificatórios. Ao ser menina, deixo de ser inscrita na ordem de uma mulheridade adulta, ligada à sexualidade eterossexual e à maternidade. Diferentemente das outras mulheres de minha idade, passo a ser, cada vez mais, preservada e protegida, que tem o preço da expectativa de que compartilhe de oportunidades, informações e meios que a elas não foram possíveis.

Quando chego na casa de dona Ana e sou confundida com a novinha, é com prazer que minha mãe ostenta o fato de que, naquele momento, eu pareça mais nova do que realmente sou. Para essa mulher mãe que precisa enfrentar, na maioria das vezes sozinha, dramas morais na criação e manutenção de uma filha considerada bem criada em um território que, ao mesmo tempo, incentiva e escrutina o comportamento sexualizado de meninas e mulheres jovens, há um gozo nesse entendimento coletivo em torno da menina, quase imaculada, preservada, não gasta. Inquieta-me objetivar tal gramática corporal de modo a não só compreender como se dá alguns dos processos de produção da diferença nesse território, mas, sobretudo, torcer seus critérios a partir dos agenciamentos que se produzem naquilo que socialmente é compreendido como meu corpo. Por exemplo, a proximidade geracional com a filha de Meiri e outras coisas que poderíamos ter em comum são rechaçadas diante do distanciamento moral que nos enquadram, em lados opostos, como moça comportada e a novinha que faz filhos demais. Processos que materializam fronteiras, que abrem e fecham possibilidades de existência para uma e outra.

“Nova demais pra quê?”, questiono-me ao lembrar da categoria novinha na qual fui classificada, investida com roupagem diversa, quando da aprovação no doutorado. Ainda que muita gente sequer compreenda o que faço, estar na universidade, ir para São Paulo, concedeu-me novo status. Essa passagem para o mundo do trabalho intelectual, tão diferente daquele experimentado por minhas familiares e vizinhas, no entanto, está longe de ser isento de confusões. Se, por um lado, sou interpelada enquanto uma negra de pele clara ao dizer de onde eu venho e das questões que me orientam científica e politicamente, sendo, assim, situada enquanto um outro naquele ambiente, também posso parecer uma antropóloga inglesa em busca do desconhecido, nas Ilhas Trobriand ou onde quer que seja, ao ir para a aula de meia calça, saia quadriculada e sapato de couro num dia frio.

Não quero negar a importância de chegar a um alto nível de formação em uma universidade pública, numa trajetória majoritariamente financiada com recursos públicos, vinda de uma família e comunidade nas quais a maioria das pessoas sequer chegou ao ensino médio. Mas a escrita aqui ensaiada me convoca a sair dos lugares aparentemente confortáveis que, a duras penas, foram produzidos ao longo de minha trajetória, já

que a experiência é também lugar de contestação, “espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas” (Brah, 2006, p. 361). Com as novinhas, aprender que perturbar e, quem sabe, explodir alguns níveis da ordem cisheteronormativa, também faz parte do nosso trabalho.

## REFERÊNCIAS

- AHMED, Sara. **Viver uma vida feminista**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera – The New Mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 2012.
- ANZALDÚA, Gloria. **A vulva é uma ferida aberta & Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, pp. 329-376, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644745>. Acesso em: 24 nov. 2023.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019 [2004].
- BUTLER, Judith. **Desfazendo Gênero**. São Paulo: Editora Unesp, 2022 [2004].
- CÁRITAS MG. **Relatório técnico – Comunidade Vila Nova**. Belo Horizonte: Cáritas MG/ Programa Diálogos Comunitários, 2018.
- CHAGAS, Isabelle Caroline Damião. **Despaternizando território, territorializando aparições patriarcais: narrativas e imagens em disputa na vizinhança**. 2020. 120 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- CLARINDO, Adrielly. **Putas narrativas: territórios da prostituição e putafeminismo**. 2020. 139 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2020. Disponível em: [https://sappg.ufes.br/tese\\_drupal/tese\\_14165\\_Aдриelly%20Clarindo%20-%2003.02%20definitiva.pdf](https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_14165_Aдриelly%20Clarindo%20-%2003.02%20definitiva.pdf). Acesso em: 22 abr. 2023.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a Outsider Whitin: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, vol 31, n. 1, p. 99-126, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339945647006>. Acesso em: 24 nov. 2023.
- DAMÁSIO, Ana Clara Souza. **Etnografia em Casa: : entre parentes**



e aproximações. **Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 1–32, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/31646>. Acesso em: 24 nov. 2023.

FERNANDES, Camila. **Figuras da causação**: as novinhas, as mães nervosas e as mães que abandonam os filhos. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Antropologia do ciborgue** – vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. **Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 62, n. 2, p. 459-484, 2019. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2019.161080. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/161080>. Acesso em: 24 abr. 2023.

OLIVEIRA, Leandro. **Práticas Biográficas, histórias de vida e escritas de si**: notas marginais e pessoais sobre uma agenda de pesquisa. 2022. *No prelo (mimeo)*.

REDE PENSSAN. **II VIGISAN** - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Brasília: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 24 nov. 2023.

OKELY, Judith. Anthropology and autobiography: Participatory experience and embodied knowledge. In: OKELY, Judith; CALLAWAY, Helen (org.). **Anthropology and Autobiography**. London and New York: Routledge, 1992.

TRUTH, Sojourner. E não sou uma mulher? **Geledes**, 08/01/2014. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/?gclid=CjwKCAiAjfyqBhAsEiwA-UdzJKkWXzKOOeJKB6ABYh42NjfZWQJ3gG1cmQPVRU6iBCdsyjgY7z7HTRoC8iwQAvD\\_BwE](https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/?gclid=CjwKCAiAjfyqBhAsEiwA-UdzJKkWXzKOOeJKB6ABYh42NjfZWQJ3gG1cmQPVRU6iBCdsyjgY7z7HTRoC8iwQAvD_BwE). Acesso em: 24 nov. 2023.

**Submetido em:** 24/04/2023

**Aprovado em:** 13/11/2023

**Isabelle Caroline Damião Chagas**

*isabellechagasmg@gmail.com*

Doutoranda em Ciências Sociais pela Unicamp e vinculada ao Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6742-2406>

## NOTAS

- <sup>1</sup> Agradeço à Isadora Lins França e Regina Facchini pelas provocações que motivaram a escrita deste texto; a Leandro Lima, Carla Gomes, Vanessa Sander e Paulo Victor Leite Lopes pelas interlocuções nos GTs do IV Congresso Latinoamericano de Teoria Social e do 46º Encontro Anual da ANPOCS; à Alana Barros, Ariana Oliveira, Natália Padovani e às demais bandidas da laje pelas considerações atenciosas e afetivas; e à Fernanda, minha primeira e mais entusiasmada leitora. Agradeço, também, ao CNPq e à Fapesp pelas bolsas de estudo que possibilitam a realização da pesquisa de doutorado e deste trabalho – processo nº 2023/05055-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).
- <sup>2</sup> Ao longo deste texto, termos êmicos e falas minhas e das/os interlocutoras/es estão sinalizados em *itálico*, enquanto as aspas são utilizadas para conceitos e citações. O **negrito** é utilizado, em ambos os casos, para dar destaque a termos e trechos.
- <sup>3</sup> A Vila Nova sofre um longo processo judicial de reintegração de posse iniciado há mais de 30 anos, quando da ocupação do território pelas/os moradoras/es, que permanece ativo ainda hoje, em 2023.
- <sup>4</sup> O projeto foi financiado pelo Fundo de Resposta Rápida para comunicadores na América Latina e o Caribe, organizado pela Internews, Chicas Poderosas, Consejo de Redacción e Fundamedios. Nosso objetivo foi discutir e encontrar soluções cotidianas para uma alimentação saudável e adequada para a população periférica, em sua maioria desempregada e, portanto, com acesso limitado à compra de alimentos. Produzimos um mapeamento de cozinhas, plantas, colmeias de abelhas nativas e ferramentas de plantio, construção de hortas coletivas, oficinas de educação popular voltadas para a alimentação, e uma campanha de educomunicação.
- <sup>5</sup> O CVSF foi uma ação realizada pela Agência de Iniciativa Cidadãs (AIC), entre 2020 e 2022. Em 2020, recebemos algumas cestas, produtos alimentícios e de higiene (como máscara e álcool em gel) de forma espaçada e, entre 2021 e 2022, passamos a receber cestas básicas mensalmente de forma fixa. No primeiro ano de pandemia, fazíamos campanhas na internet, entre redes de amigos e pessoas conhecidas. O dinheiro arrecadado servia para comprar cestas básicas, álcool em gel, máscaras, caixas de leite, iogurte e biscoito para as crianças.
- <sup>6</sup> A internet banda larga passou a ser ofertada há poucos anos na comunidade, ainda que moradoras/es do outro lado da rua já tivessem acesso há mais tempo. O alto custo do serviço e a baixa qualidade do

sinal fazem com que a maioria das pessoas utilize redes alternativas locais, como a internet via rádio. Já a coleta seletiva de lixo e a varredura das ruas não são realizadas nas vias internas da Vila Nova, problema antigo que gera conflitos e circulação de animais e doenças. Uma lixeira comunitária foi instalada na entrada da Alameda das Flores apenas em 2021.

- <sup>7</sup> Termo usual para falar do processo de laqueadura, método contraceptivo cirúrgico comum entre as mulheres das periferias, oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Muitas vezes, é realizado no próprio parto.
- <sup>8</sup> *Explosão* é termo comum nas músicas que falam sobre as novinhas e compõem as paisagens das periferias.